

ABORDAGENS SOBRE A CIDADE: revisão teórica¹

Sidelmar Alves da Silva Kunz^{*}

Alexandre André dos Santos^{**}

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar revisão teórica sobre a categoria cidade discutindo as abordagens ecológica, cultural e marxista, com o intuito de ampliar as reflexões sobre os caminhos teórico-metodológicos assumidos pela pesquisa urbana. O trabalho é motivado pela necessidade crescente de compreender as múltiplas relações na cidade contemporânea que se apresenta complexa e multifacetada. Apresentar essa panorâmica é crucial para o aprofundamento das análises da cidade, enquanto categoria ou objeto de estudo. Trata-se de exposição dos referenciais teórico elaborados a partir de revisão da literatura de pesquisadores como Freitag, Gottdiener, Tourinho, Castells, Corrêa, Lucchiari, Rosendahl, Silva, Santos e Vêras, apresentando os expoentes, os pressupostos conceituais norteadores e a relevância de cada uma dessas abordagens para a produção acadêmica.

Palavras-chave: Categoria Cidade; Abordagem Ecológica; Abordagem Cultural; Abordagem Marxista.

Abstract

This article's aim is to present a theoretical review on the category of city, by discussing ecological, cultural and Marxist approaches. More specifically, the purpose is to broaden the

¹ Artigo apresentado no XIV Encuentro Internacional Humboldt, realizado em Las Termas de Río Hondo, Santiago del Estero, Argentina, de 15 a 19 de outubro de 2012.

^{*} Mestrando em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB), Pesquisador do Inep / MEC. Correio eletrônico: sidelmar.kunz@inep.gov.br

^{**} Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB), Pesquisador do Inep / MEC. Correio eletrônico: alexandre.santos@inep.gov.br



reflections about the theoretical and methodological paths assumed in urban research. The work is motivated by an enhanced need to understand multiple, complex and multifaceted relations in contemporary city. It is crucial to present this overview for the deepening of analysis on the city, both as a category and research object. The work relates to an exposition of the theoretical framework produced from the literature review of Freitag, Gottdiener, Tourinho, Castells, Corrêa, Lucchiari, Rosendhal, Silva, Santos e Vêras, introducing the scholars, the conceptual assumptions and their relevance to academic production.

Keywords: Category of City; Ecological Approaches; Cultural Approaches; Marxist Approaches.

Introdução

Discutir o tema cidade é um desafio e ao mesmo tempo um convite à ampliação das reflexões referentes aos caminhos teórico-metodológicos assumidos na pesquisa urbana. Lançar-se nesse desafio, permeado pela necessidade crescente de compreender as múltiplas relações na cidade contemporânea que se apresenta complexa e multifacetada, é fundamental para o aprofundamento das análises. Este trabalho apresenta um referencial teórico das abordagens (ecológica, cultural e marxista) da categoria cidade, elaborado a partir de revisão da literatura de pesquisadores como Freitag, Gottdiener, Tourinho, Castells, Corrêa, Lucchiari, Rosendahl, Silva, Santos e Vêras. A cidade aparece no texto como objeto de estudo, neste artigo são apresentados os expoentes, os pressupostos conceituais norteadores e a relevância de cada uma dessas abordagens para a produção acadêmica.

A análise dessas abordagens possibilita a visualização da influência das dimensões teóricas nos posicionamentos de pesquisadores, gestores, professores, em múltiplas instâncias da sociedade; explicitando a inspiração em uma dada abordagem. Então, o estudo das abordagens da cidade demonstra-se relevante para a discussão acadêmica e social, pois, torna possível a compreensão holística do fenômeno urbano, de modo a alcançar os aspectos subjacentes que se fazem presentes nos discursos.

Inicialmente, esse levantamento, expõe a abordagem ecológica, responsável por uma análise morfológica das formas e funções urbanas num viés econômico-espacial positivista. Posteriormente, examinará a abordagem cultural, que privilegia tal dimensão na análise da cidade em busca de promover leituras das formas e padrões de organização socioespacial da

cidade. E, por último, versará sobre a abordagem marxista, que olha a cidade sob enfoque crítico, com ênfase nos processos contraditórios e conflitos socioespaciais intrínsecos e estruturantes da conformação das cidades.

1. Abordagem ecológica

A cidade como objeto teórico para os adeptos da perspectiva ecológica é vista em um recorte orgânico dos fenômenos, com base na concepção reativa da causalidade, uma ótica mecânica do movimento em busca da conservação da ideia de equilíbrio na análise dos fenômenos.

Segundo Freitag (2006) esse modo de interpretar a realidade foi assim construído, porque os representantes dessa escola foram influenciados pelo evolucionismo e organicismo, vertentes teóricas inglesas. Estudos com base nessas vertentes proporcionam orientações das “Instituições sociais como se fossem plantas, animais, homens: “organismos vivos” (organicismo)” (FREITAG, 2006, p. 109). Por meio do tempo se dá as pesquisas que estabelecem analogia com a evolução das espécies ou tempo de vida de um ser vivo. “A analogia é com a vida orgânica que nasce, cresce, tem sua maturidade, envelhece e morre fechando-se o ciclo da vida” (FREITAG, 2006, p. 109).

Gottdiener (1997) entende que a análise da cidade a partir do olhar da ecologia urbana possui um modo de investigação institucionalizado, reconhecido como convencional e dotado de paradigmas ultrapassados. A respeito de suas escolhas, é importante ressaltar que “a partir de suas concepções mais antigas, o pensamento social, em geral, tentou vincular as formas de comunidade aos processos de organização social” (GOTTDIENER, 1997, p. 35).

Para Gottdiener (1997), Auguste Comte é considerado um notável colaborador na construção teórica da perspectiva ecológica, visto que, comparou aspectos da vida social às células e aos tecidos. Gottdiener considera, também, que Spencer contribuiu mais significativamente nas formulações teóricas dessa perspectiva ao fazer uso da teoria de Darwin no tocante à competição das espécies, com o objetivo de articular a relação entre a forma social e função social, pois para este “tanto no caso biológico como no da sociedade, o tamanho físico levou à diferenciação funcional, entendida socialmente como a divisão de trabalho” (GOTTDIENER, 1997, p. 36).



A geografia, a sociologia e a economia influenciadas pela sociobiogênese behaviorista receberam, também, incrementos teóricos dos pensadores McKenzie, Park, e Burgess, defensores da primeira fase da Escola de Chicago².

De acordo com McKenzie, em 1925, as forças ecológicas organizadas em função da “posição”, no contexto da competição biogênica, constituíam uma teoria de localização espacial. Nesse sentido, os modelos regionais de crescimento apresentam-se como produto inevitável da competição ecológica entre grandes quantidades de indivíduos.

Seguindo a mesma esteira de pensamento, Park, em 1925, compreendia que as disposições espaciais dos assentamentos urbanos demonstravam a acomodação da organização social a seu meio físico, o que deixava evidente a correlação dos padrões ecológicos e processos sociais. O darwinismo social de competição, típico do modelo *laissez-faire*, a ordem moral e os sentimentos comuns em evolução (específicos de cada local) integram a base do pensamento desse autor, com ênfase na política econômica e nos processos de competição conectados à lógica dos comportamentos sociais.

Ernest Burgess exerceu grande influência ao difundir seu modelo espacial de círculos concêntricos e conceituar o centro de negócios – *Central Business District* – CBD – servindo de inspiração para inúmeras pesquisas sobre o centro. A respeito do conceito de CBD, Tourinho (2007) refere-se como uma lógica central, na condição de principal concentração de comércio varejista e serviços da cidade, apoiado no conceito de dominância, consistindo a prevalência em relação à função, “de uma das partes de qualquer unidade orgânica, em torno da qual as outras partes se organizam” (TOURINHO, 2007, p. 20).

Nessa primeira fase da Escola de Chicago, a negação do papel dos valores culturais na definição das decisões sobre localização foi alvo de críticas por parte de neomarxistas como Castells, em 1977, e neweberianos como Saunders, em 1981. Enquanto que na segunda fase dessa escola, período posterior a II Guerra Mundial, a literatura produzida em consonância com as discussões formuladas, lecionava o ajustamento da sociedade ao ambiente e a renovação da abordagem para compensar as críticas culturalistas.

A nova teoria da ecologia humana formulada por Hawley, em 1950, buscava uma perspectiva convencional unificada do ambiente construído. Essa formulação abstrata para a organização social estratificada não menciona classe, status ou poder. Além disso, concebe a ecologia humana na condição de um processo pelo qual a comunidade se adapta

² Importante Escola anglo-saxônica estadunidense (desenvolvida principalmente no departamento de sociologia da Universidade de Chicago) que analisava os fenômenos urbanos inspirada nas concepções darwinistas. Para escola de Chicago a concorrência e o livre mercado são tidos como virtuosos.

coletivamente ao seu meio ambiente. Em complemento, é relevante ressaltar que as análises de Christaller, em 1956, Singer, em 1936 e Clark, em 1951, relacionam-se com a referência econômica neoclássica de localização.

Os teóricos expoentes da segunda fase do processo concentraram suas explicações sobre a cidade nas diferenciações funcionais, na valorização da tecnologia (vista como determinante nas relações sociais) e na adoção de uma visão sistêmica entre diferenciação funcional e integração (em que todas as partes do sistema urbano se ajustam a um todo social) – perspectiva convencional do equilíbrio.

Levando em consideração esses aspectos, percebe-se que a abordagem ecológica interpreta a sociedade e seu espaço de modo naturalista, utilizando princípios da ecologia vegetal (competição, dominação, sucessão) para compreender o urbano. Inspirada pelo darwinismo social conota o ideário de equilíbrio social e espacial. É alvo de inúmeras críticas, as quais acusam tais formulações de românticas e servem de justificativa e legitimação do *status quo*, em função do seu caráter formalista e pragmático na análise da cidade, alimentando uma crença exagerada na harmonia orgânica, diante da estrutura social e cultural estabelecida. Entretanto, contribuições dos ecologistas humanos (conceitos de centralização, descentralização, segregação) são notadas em outras correntes que abordam o espaço urbano, recuperando conceitos após ponderações críticas.

Para proporcionar maior compreensão das abordagens sobre a cidade é relevante apresentar algumas discussões a respeito da abordagem cultural.

2. Abordagem Cultural

A análise da cidade com ênfase na dimensão cultural (uma das dimensões que interpenetram a cidade) é interpretada por Corrêa (2010) como uma possibilidade de ampliação da compreensão da sociedade em termos de suas relações sociais, econômicas e políticas, haja vista ser criação do meio social. Abordar a cidade sob esse olhar tornam as espacialidades inteligíveis, bem como as temporalidades associadas às múltiplas dimensões da sociedade (totalidade social). Até meados da década de 1970 a abordagem cultural não havia se constituído como objeto de interesse sistemático por parte dos geógrafos. Segundo esse autor, “nem os geógrafos culturais interessaram-se pela cidade, nem os geógrafos urbanos pela cultura” (CORRÊA, 2010, p. 157). Os estudos de geografia urbana deram preferência,

por um lado, à análise morfológica das formas e funções urbanas, sob a abordagem ecológica de viés econômico-espacial positivista, por outro lado, aos processos contraditórios e conflitos socioespaciais oriundos, sob a abordagem marxista com enfoque crítico.

As bases epistemológicas dessa abordagem receberam contribuições de diversos campos de conhecimento: campo cultural da geografia; filosofias do significado e; materialismo histórico, por meio das contribuições de Raymond Williams e do *Centre for Contemporary Cultural Studies* de Birmingham. Em função dessa diversidade Duncan, em 2000, afirmou que a geografia cultural constitui-se em uma heterotopia epistemológica. Para Corrêa (2010) constituiu uma marca e matriz cultural, ou, um texto que torna possível realizar a leitura da sociedade — com suas contraditórias espacialidades e temporalidades.

O periódico *Géographie et Cultures* criado em 1992 por Paul Claval, assim como, a revista *Ecumene* criada em 1994 por Denis Cosgrove e James Duncan deram relevo aos estudos da dimensão cultural da cidade, cujo sentido foi agregado a legibilidade nas formas e padrões de organização socioespacial demonstrando dimensão ativa na organização da estrutura social, de modo transcendente ao campo dos sistemas abstratos dos significados e valores.

Nesse contexto, Lucchiari (2005) preceitua que a abordagem cultural gera várias perspectivas para a leitura das cidades. Como exemplos cita as territorialidades excludentes em meio as paisagens urbanas – estruturadas em função das relações de poder e de identidade – e a mercantilização das paisagens urbanas que, construídas com o intuito de promover o consumo das elites, revela os métodos socioespaciais de poder resguardados por “escolhas culturais, pela extratificação sócio-econômica e pelos interesses do mercado” (LUCCHIARI, 2005, p. 178).

O estudo dos monumentos no espaço urbano é importante, pois, podem marcar de modo duradouro ideias de um passado nacional pertencente ao presente, ou, representar espaços sagrados do poder político, bem como expressar espaços de memória com significativa identidade na paisagem contemporânea. Isso contribui para a compreensão dessa abordagem. Rosendahl (2005) explica que a cidade pode ser considerada como expressão material do poder sagrado e secular, uma expressão ampliada da pluralidade das dimensões da vida, ou, ainda, uma representação do cosmo – capaz de conectar o céu com a terra – simbolizando as novas possibilidades.

A cultura nessa abordagem não é vista somente como “complexo de padrões de comportamento” (SILVA, 2000, p. 12), vai além, e é entendida, também, como “um conjunto de mecanismos de controle, como regras, planos, instruções” (SILVA, 2000, p. 12) em que o

homem é dependente desses mecanismos. Isso indica que o pensamento humano estabelece movimento com outros símbolos significantes. Além disso, a interpretação de Castoriadis, em 1992, que é fundamental para compreensão dessa dinâmica cultural, já que para ele a essência do homem é a sua capacidade de criação, portanto, a recriação dos padrões culturais ocorre eternamente. Nesse sentido, compreende-se que a imaginação é a “capacidade de colocar uma nova forma, de certo modo, ela utiliza os elementos que aí estavam, mas a forma, enquanto tal, é nova” (SILVA, 2000, p. 13).

Conforme Silva (2000) Paul Claval, em 1999, utiliza a abordagem cultural como meio de análise das sociedades urbanizadas, para tanto discute os papéis sociais e suas articulações e como eles contribuem para moldar a personalidade dos indivíduos, numa compreensão perpassada pela ideia da contínua criação, em que a cultura é vista pela lógica de um sistema aberto e mutável, ou seja, a reunião de comportamentos, saberes, técnicas, conhecimentos e valores agregados pelos indivíduos no decorrer de suas vidas e, em outro turno, pelo conjunto de grupos que pertencem. No entendimento de Silva (2000) a abordagem cultural visa principalmente compreender a maneira de ordenação e sistematização do mundo, conforme os grupos sociais. A ideologia com que cada um se identifica, quais são os princípios inseridos na organização do universo simbólico e a característica do poder que inspira suas ações, marcando “opções e comportamentos em relação ao espaço e a constituição dos territórios urbanos” (SILVA, 2000, p. 21).

Por todos esses aspectos, a abordagem da cidade sob essa perspectiva é permeada pela justaposição, articulação e sobreposição de territórios. Estes tratam das resistências de grupos, firmam pactos e promovem a criação de novos territórios, inseridos na complexidade da atual sociedade urbana.

A abordagem marxista é outra abordagem de relevante significado para a produção nesse campo de conhecimento, o seu estudo contribui para a construção de outros olhares referentes à cidade.

3. Abordagem marxista

O olhar marxista sobre a cidade compromete-se com a revelação dos processos responsáveis pela forma do ambiente, assim como, a explicação das características desiguais



da distribuição espacial e das crises sociais correlacionadas. Discute pobreza, justiça social e formatações arquitetônicas desumanizadas, sob uma dimensão crítica.

Engels contribuiu de modo significativo para a corporificação dessa abordagem, mas, Karl Marx, por sua vez, concebeu os aspectos estruturais. Em sua obra, *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*, sugere a associação da análise urbana aos quatro estágios da sociedade reconhecidos pelo materialismo histórico dialético e às formas separadas da organização social.

O fator trabalho apresenta-se para teóricos dessa abordagem como determinante no processo de decisões sobre localização, e a forma urbana é compreendida na condição de produto da luta de classes. É relevante, nesse sentido, citar estudiosos da localização como Storper e Walker e da descentralização da indústria como Gordon. Este critica o determinismo tecnológico, afirma que os fatores tecnológicos oferecem os meios, todavia, negam o incentivo para o crescimento e dispersão igualitários. Aqueles introduziram a luta de classes na reflexão a despeito da localização conforme a teoria do trabalho.

A capacidade do enfoque marxista em explicar as mudanças da sociedade, sobretudo do meio ambiente, no que diz respeito às alterações de localização. Assim como a reflexão do papel político da centralidade na análise econômica para a compreensão socioespacial são referências para dimensionar o papel social da abordagem marxista.

Com a intenção de promover análises dotadas de maior refinamento apoiadas pelo pensamento dialético, autores como David Harvey incorporaram aos estudos de economia política marxista a teoria da acumulação do capital em meios ambientes urbanos, o que tornou possível explicar a urbanização a partir da manifestação espacial do processo de acumulação.

O atual estágio do capitalismo intensificou a ação do Estado no quadro urbano, o que alterou as condições de produção. Além disso, é relevante registrar o conflito de classe no decorrer da vivência na cidade, nas relações que envolvem a produção e o consumo, bem como nas reivindicações de equipamentos e infraestruturas necessárias ao processo de reprodução urbana. Autores marxistas discutiram essas especificidades, sobretudo, a partir da década de 1970. Para exemplificar temos: Castells, em 1977, que analisou a reprodução coletiva da força de trabalho; Lojkin, em 1981, a respeito da luta pelos meios de consumo coletivo e; Harvey, em 1980, com seus estudos sobre o ambiente construído.

David Harvey, em 1973, vincula o processo de acumulação ao papel funcional da cidade e identifica o Estado na condição de agente da classe capitalista, além disso, relaciona o Estado e o capital nos processos interventivos no espaço. Esse autor contempla em suas análises a luta de classe e a contradição Estado *versus* Sociedade Civil. As suas explicações

das mudanças da forma urbana são construídas a partir das interconexões entre as frações de capital e a luta de classes. Outro ponto que merece ênfase é a percepção das transformações do capitalismo em favorecimento da circulação de capital e realização no espaço.

Para Frazão (2009), Castells discute o espaço como sendo um produto material intimamente relacionado com outros produtos materiais, e, dessa relação a função e a forma são fundamentais para a expressão histórica, não compreendendo o espaço apenas pela análise de sua estrutura social. O espaço urbano é compreendido na concepção de que “O espaço é modelado pelo sistema econômico, pelo sistema político e pelo sistema ideológico” (FRAZÃO, 2009, p. 8). Nesse sentido, Castells vincula organização social à espacial e a cidade é analisada enquanto produto do Estado e da sua história. Conforme Frazão (2009), Corrêa, em 2001, entendia que o espaço urbano, marcado por relações capitalistas em processos contínuos de transformações, era compreendido para além de ser um reflexo da sociedade que acolhe, ultrapassa essa condição e torna-se um condicionante das relações sociais.

É perceptível, diante dessas ponderações, a interpretação da cidade sob a lente do materialismo histórico. Essa perspectiva analisa a realidade humana a partir das transformações da natureza pelo trabalho de modo a emergir formas e organizações sociais capazes de exprimir o caráter das sociedades humanas. Nesse sentido os estudos devem procurar desvendar a natureza íntima do capital e para tanto a revelação, cuja qual se apresenta na “descoberta da mais-valia, da mercantilização e fetichização universal e, sobretudo do trabalho excedente apropriado pelo capitalista” (VÉRAS, 2000, p. 45).

Sendo assim, para a abordagem marxista a cidade é compreendida como um dos produtos e, ao mesmo tempo, produtora das atividades humanas que propiciam a obtenção das condições necessárias para que se ocorra a vida. Segundo Vérás (2000) a cidade se explica de maneira mais completa no interior do modo de produção. A análise da produção marxista referente à cidade expõe a busca de explicações de diversos contextos produtivos e suas relações com as formas urbanas.

De acordo com Verás (2000) a cidade surgiu como o local da produção capitalista, onde reunia capital constante e variável, força de trabalho concentrada e suas condições de reprodução. Agrupando “processos internos às unidades produtivas, a concorrência entre elas e processos “externos” a elas: o alojamento da força de trabalho e os meios necessários à sua reprodução” (VÉRAS, 2000, p. 53).

Milton Santos (2008) reconhece na dimensão histórica o caminho para a superação da análise ecológica de cunho liberal, pois a noção de espaço é inseparável da ideia de sistemas



de tempo. As variáveis em cada contexto da história local, regional, nacional ou mundial dependem dos condicionantes do sistema temporal. Esse autor afirma estarmos diante de um espaço-valor, apontado como mercadoria e aferido a partir de sua prestabilidade ao processo produtivo e importância para a realização do capital. Sendo assim, nas cidades as frações territoriais assumem valores diferentes e constantemente modificam o valor. A produção do espaço é condição imposta na produção de valor aos que devem utilizá-lo como suporte. Além disso, o espaço é enxergado como indivisível, suportando a divisão em espaços de produção, de distribuição e de consumo, contudo constitui-se uno e total.

Considerações finais

A partir da leitura deste trabalho verifica-se na discussão teórica o corpo ideológico presente nas abordagens, o debate revela as implicações políticas inerentes às decisões por uma das abordagens. Os estudos do espaço urbano, anteriormente citados, visam compreender a sua estrutura, já que de acordo com as pesquisas, o espaço urbano não se apresenta ao acaso, mas de um modo organizado. As correntes apresentadas buscam descobrir a cidade, isso demonstra que os fenômenos são dotados de complexidades técnicas e sociais.

Os esforços teóricos dessas abordagens estão presentes nas inúmeras literaturas sobre o tema. A ecologia humana, por exemplo, é uma tradição de pesquisa. Numa atualização dessa abordagem, percebe-se a atuação de autores recentes que fazem uma retomada dos principais conceitos dessa linha de estudo, mesmo que pouco aprofundada, discutindo a eficácia teórica e a aplicação prática de suas análises; em alguns casos considera-se ingênua e etnocêntrica a visão de Burgess sobre a evolução dos aglomerados urbanos por zonas concêntricas, mas, mesmo assim, ao se estabelecer reservas, as suas contribuições principalmente em relação ao núcleo urbano central e a relação com as imobiliárias tornam-se de grande valor.

Embora a contribuição do olhar cultural da cidade possibilite novas compreensões e proporcione respostas quanto às espacialidades e temporalidades, a ênfase na dimensão cultural não é suficiente para ultrapassar a descrição dos mecanismos de interação entre as implantações e as atividades realizadas no espaço urbano. Para conseguir superar essas limitações, é preciso um exercício dialético, por meio das práticas sociais compreendidas

pelos processos históricos, que torne realizável a descoberta das leis estruturais da produção e do funcionamento das formas em estudo.

Esse esforço centrado no materialismo histórico dialético como objetivo a representação de um olhar sobre a cidade que contemple a sua diversidade, atento às dimensões sociais, políticas e econômicas, encontra na abordagem marxista seu substrato, visto que essa abordagem considera as complexidades, no contexto da acumulação de capital, relacionando-as com as forças produtivas e as relações de produção e reprodução da cidade em transformação. Assim, se expressa coerentemente diante das contradições, lutas de classe, reprodução do capital e da natureza da cidade, no contexto das dimensões teórico-políticas e concretas da cidade. Dessa maneira, a análise da cidade a partir desse referencial disponibiliza estudos abrangentes capazes de descortinar as ideologias urbanas construídas com a intenção de satisfazer aos interesses nefastos de grupos dominantes, pregadores de uma suposta neutralidade, que buscam justificar suas ações utilizando a legitimidade do meio acadêmico, colocando a ciência a serviço da ampliação de seus lucros.



Referências bibliográficas

- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *A questão urbana*. 4. ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2009. (Coleção Pensamento Crítico, v. 48).
- CORRÊA, R. L. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).
- _____. A geografia cultural e o urbano. In: CORRÊA, R. L. & ZENY, R. *Introdução à geografia cultural*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- FRAZÃO, D. C. *Expansão urbana, nucleações e a formação de centralidades no Distrito Federal: o caso do Gama*. Brasília. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- FREITAG, B. *Teorias da cidade*. Campinas: Papyrus, 2006.
- GITAHY, M. L. C. & LIRA, J. T. C. (Orgs.); TOURINHO, A. de O. *Do centro às novas centralidades: uma trajetória de permanências terminológicas e rupturas conceituais*. São Paulo: FAU/Annablume/Fupam, 2007.
- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997.
- LUCHIARI, M. T. D. P. Cultura e Cidade (Síntese dos debates). In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (org.). *Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. v. 1, p. 178-180.
- ROSENDAHL, Z. . Cultura e Cidade: para uma Geografia das relações entre espaço, religião e política. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (org.). *Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2005. v. 1, p. 161-165.
- SANTOS, M. *Espaço e Método*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, J. M. Cultura e territorialidades urbanas - uma abordagem da pequena cidade. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 9-38, 2000.

VÉRAS, M. P. B. *Trocando olhares: uma introdução à construção sociológica da cidade*. São Paulo: Educ, 2000.

WEBER, M. Conceito e categorias de cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 68-89.